

A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E AÇORIANA NO RIO GRANDE DO SUL

RUTZ, Elenice Crochemore¹; FAGUNDES, Juliana Lima¹; MARTHA, Éverson Gabriel Mesquita da¹; SCHIAVON, Marcel Idalgo¹; MARTINS, José Alvaro Quincozes²

¹ Acadêmicos do curso de Graduação em Geografia (Licenciatura Plena) da Universidade Federal de Pelotas. ² Universidade Federal de Pelotas/ Departamento de geografia. elenicerutz@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte de um trabalho apresentado na disciplina de Formação Territorial do Rio Grande do Sul da grade curricular do curso de Licenciatura em Geografia. Como objetivo busca-se resgatar a história da colonização portuguesa e açoriana no Rio Grande do Sul, correntes migratórias que participaram da formação do território onde hoje está situado o Estado do Rio Grande do Sul e da construção da identidade do povo gaúcho. Portugueses e açorianos são um povo só, vindos praticamente juntos para o Rio Grande do sul com o objetivo de expulsar os franceses da costa brasileira, para isso foi necessário tomar posse e colonizar o sul do Brasil, gerando conflitos entre as duas coroas ibéricas, ou seja, Portugal e Espanha, que mantinham interesse no Rio da Prata.

Em 1.500, Pedro Álvares Cabral partiu de Lisboa iniciando uma viagem para oficialmente tomar posse das novas terras para a Coroa Portuguesa, determinada pelo Tratado de Tordesilhas, essas terras ficaram conhecidas primeiramente como Ilha de Vera Cruz.

Quando completou um ano que o Brasil fazia parte dos domínios portugueses na América, iniciou-se a exploração do território, de Pernambuco até o sul. Em 1531, Martim Afonso de Souza e seu irmão Pero Lopes de Souza chegam ao Rio de Janeiro. Martim Afonso chefiou uma expedição que vinha fazer o reconhecimento do litoral sul, com a saída no mês de agosto do mesmo ano. Em outubro, na altura onde se encontra o Chuí, ocorreu um naufrágio, sendo lançados em terra Martim Afonso e sua tripulação (MORAES, 2007).

Essa expedição partiu com o objetivo de expulsar os franceses da costa brasileira, foram em direção ao sul do estuário do Rio da Prata e fundaram povoados, o que resultou na identificação de vários elementos da paisagem física do atual estado do Rio Grande do Sul. A barra onde a Laguna dos Patos despejava-se no Oceano Atlântico ganhou o nome de Rio de São Pedro, porque foi descoberta no dia em que o calendário eclesiástico marcava a Cátedra de Pedro. Mais tarde, passou a se chamar Rio Grande de São Pedro, devido a sua grande dimensão e porque já havia um rio batizado com o primeiro nome.

Em 19 de fevereiro de 1737, o Brigadeiro José da Silva Paes, que era comandante de uma expedição militar portuguesa, transpôs a barra de Rio Grande de São Pedro, fundando o presídio do Rio Grande através do forte Jesus-Maria-José (homenagem a sagrada família), sendo erguida ao sul da barra, dando início a fundação da cidade de Rio Grande. Com a necessidade de manter os espanhóis fora do limite norte da barra de Rio Grande, criaram-se centros de resistência, na faixa de terra que compreendia da Laguna dos Patos até o Oceano Atlântico.

A situação do Rio Grande do Sul era instável, pois havia sempre o risco de guerra entre as duas coroas: portuguesa e espanhola (SANTOS, 2007).

Em 1742, casais de açorianos iniciaram a construção de uma vila que viria ser Porto Alegre, primeiramente chamada de Porto dos Casais. Antes de tornar-se a sede do governo, Porto Alegre foi antecedida pelo município de Viamão.

Aos poucos, o território começou a ser demarcado e apropriado individualmente por meio das cartas de datas e das cartas de sesmarias. A extensão territorial se expandiu por volta de 1750, em direção à Bacia do Jacuí, sendo essas terras asseguradas militarmente.

Nesse mesmo ano, foi assinado o Tratado de Madri, no dia 13 de janeiro, entre os reis de Portugal e Espanha, que favorecia os portugueses através do princípio do *Uti Possidetis*, ou seja, direito de posse. Pelo *Uti Possidetis*, a terra deveria ser ocupada por aquele que já estivesse nela, mantendo residência e trabalho. Esse Tratado estabelecia limites territoriais a partir de uma linha imaginária que partia do ponto mediano da embocadura do Rio Madeira e a foz do Rio Mamoré até chegar às margens do Rio Javari.

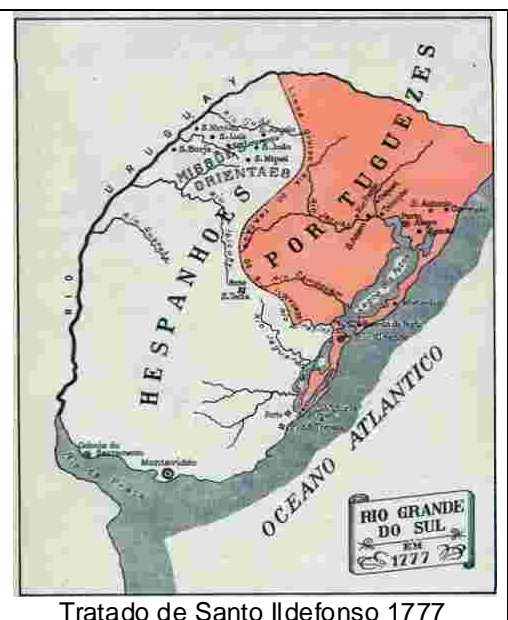
Por meio desse Tratado Portugal foi obrigado a ceder a Colônia de Sacramento para os Espanhóis em troca recebeu de volta as Missões que havia sido invadida pelos espanhóis. O Tratado foi anulado em 1761 pelo Tratado de El Pardo.

Havendo conflitos ainda entre as duas coroas, em 1777, foi criado um novo Tratado, o de Santo Ildefonso, com o objetivo de acabar com os conflitos gerados pela posse da Colônia de Sacramento e outras regiões. Esse Tratado foi intermediado pela Inglaterra e a França, que tinham interesse políticos no fim do conflito e assinado no dia 1º de outubro no município de Santo Ildefonso, na Espanha, por isso o Tratado carrega esse nome.

O Tratado de Santo Ildefonso definiu que as colônias de Sacramento e a Ilha de São Gabriel, que atualmente localiza-se no Uruguai, e os Sete Povos das Missões, localizado à oeste do Rio Grande do Sul, seriam de posse da Espanha e a Portugal caberia a margem esquerda do Rio da Prata e voltava a ocupar Santa Catarina que estava sob domínio espanhol. Ficando assim o território de São Pedro do Rio Grande, cortado longitudinalmente ao meio, traçando assim as fronteiras atuais do Estado.



Tratado de Madri - 1750



Tratado de Santo Ildefonso 1777

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

A metodologia do trabalho desenvolveu-se em duas etapas, primeiramente, buscou-se o referencial teórico que trata do tema pesquisado. Em um segundo momento, foi realizada entrevista com Francisco José Leal Serra, cônsul de Portugal na cidade de Pelotas/RS.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Acredita-se que os portugueses vieram pelo Oceano Atlântico, e que o Rio da Prata fosse a continuação desse Oceano, instalaram-se nas margens do mesmo rio e, em 1680, fundaram a colônia de Sacramento, situada em frente à Buenos Aires, que na ocasião pertencia à Espanha pelo Tratado de Tordesilhas. Porém, o acordo não foi respeitado, pois Sacramento era de fundamental importância para a coroa portuguesa, por ser o elo com a laguna, onde ao norte e ao sul acontecia à penetração marítima. Surgindo a necessidade de povoar o território ao norte da Colônia de Sacramento vieram, então, para o Rio Grande do Sul, alguns casais de Açorianos. O litoral do atual Rio Grande do Sul foi à causa principal de uma série de lutas entre Portugal e Espanha, por essa época também chegaram condutores de gado e bandeirantes paulistas, dilatando o império português e fundando novos povoados.

Assim, a vinda dos casais açorianos atendia a dois interesses: aliviar as ilhas densamente povoadas do arquipélago dos Açores, que estava carente de alimentos e trabalho e, por outro lado, povoar o Rio Grande do sul, que necessitava de braços para a produção de alimentos e para consolidar a ocupação efetiva do território.

As cidades que abrigaram os portugueses mantêm alguns traços da arquitetura, destacando os telhados com telhas de barro e construções em forma de “meia água”, é o caso de Pelotas, que até hoje conserva a memória portuguesa através do Centro Português, o Hospital Beneficência Portuguesa, os azulejos de alguns prédios e a culinária, tais como o bacalhau, a carne de porco, peixes, crustáceos, sopas (principalmente as que contém couve), milho, batata-doce e muito mais. Os doces tradicionais portugueses deram origem a Fenadoce (Feira Nacional do Doce) que acontece anualmente no município. Dentre os principais doces oriundos de Portugal encontram-se o pastel de Santa Clara, bem-casado, pastel de nata, fatias de Braga, beijo de freira. Ainda, cabe destacar mais algumas iguarias como o arroz doce, pão-de-ló, doce de leite, ovos moles, suspiros (merengue), bolo de milho, doces de frutas, sonhos e massas sovadas (MORAES, 2007).

Ainda, cabe destacar alguns sobrenomes de origem açoriana que se encontram até hoje no Estado, tais como: Nunes, Teixeira, Ferreira, Oliveira, Pereira, Silveira, Ávila, Goularte, entre outros. E, também, algumas brincadeiras como o pião e as rodas cantadas (“atirei o pau no gato”, “a canoa virou”, etc.).

4 CONCLUSÃO

Portanto, a participação de portugueses e açorianos na formação territorial do Rio Grande do Sul foi marcada tanto pela organização do espaço agrário, com a produção de alimentos para abastecer os mercados locais e regionais, quanto de ordem cultural na formação da identidade do gaúcho, enriquecendo a culinária regional, com uma farta e vasta gastronomia que faz parte do nosso dia-a-dia, além

da arquitetura de origem portuguesa e açoriana que ainda estão presentes no sul do Brasil.

5 REFERÊNCIAS

FREIRE, Maria Célia; ORDONEZ, Marlene. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1972.

GRIJÓ, Luíz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (orgs). **Capítulos da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: EdUFPEl, 1993.

ROCHA, Santa Inezé (org). **Açorianos no Rio Grande do Sul – Brasil**. Porto Alegre: Caravela, 2007.

<http://www.infoescola.com/rio-grande-do-sul/historia-do-rio-grande-do-sul>

<http://maps.google.com.br>

<http://mapas.fee.tche.br>

professor.bio.br

blog.educacional.com.br

Entrevista com Francisco José Leal Serra, cônsul de Portugal em Pelotas/RS em 16 de Junho de 2011.